

RECEP GM/MJ
02/08/96.2
81
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700
l-oo
da

DI.
SIAPRO
LC/CE56/MJ
08000.017010/96-24

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO
DA DE BELEM, 108
Juiz de Direito em exercício
MERO LONGMAN
Esônias
MARGIO LONGMAN
da substituição
FATIMA VIEIRA
do substituído

REPÚBLICA
REGISTRO

FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Ener
Estado Pernambuco
PESSOAS NATURAIS
uma Zona Judiciária, em virt
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.



ANA MARIA NACINOVIC CORREA (1947-1972)

Número do processo: 189/96

Filiação: Anadir de Carvalho Nacinovic e Mário Henrique Nacinovic

Data e local de nascimento: 25/03/1947, Rio de Janeiro

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 14/6/1972, em São Paulo

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 24/04/1997 por 6x1 (voto contra do general Osvaldo Gomes)

Data da publicação no DOU: 29/04/1997



IURI XAVIER PEREIRA (1948-1972)

Número do processo: 256/96

Filiação: Zilda Paula Xavier Pereira e João Baptista Xavier Pereira

Data e local de nascimento: 02/08/1948, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 14/06/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 24/04/1997 por 6x1 (voto contra do general Osvaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 29/4/97



MARCOS NONATO DA FONSECA (1953-1972)

Número do processo: 268/96

Filiação: Leda Nonato Fonseca e Octávio Fonseca Filho

Data e local de nascimento: 01/06/1953, Rio de Janeiro (RJ)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 14/06/1972, em São Paulo (SP)

Relator: Suzana Keniger Lisbôa

Deferido em: 24/04/1997 por 6x1 (voto contra do general Osvaldo Pereira Gomes)

Data da publicação no DOU: 29/04/1997

Enquanto os militantes da ALN, Ana Maria Nacinovic Correa, Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Antônio Carlos Bicalho Lana almoçavam no restaurante Varella, no bairro da Mooca, em São Paulo, no dia 14/6/1972, o proprietário do estabelecimento, Manoel Henrique de Oliveira, telefonou para a polícia avisando da presença em seu restaurante de algumas pessoas cujas fotos estavam nos cartazes de terroristas procurados. Rapidamente, os agentes do DOI-CODI montaram uma emboscada em torno do restaurante, mobilizando grande contingente policial. Como saldo da operação, morreram Ana Maria, Iuri e Marcos Nonato, ao passo que Antônio Carlos Bicalho Lana conseguiu escapar ferido, e relatou o ocorrido a seus companheiros.

Ana Maria cursou o primário, ginásio e científico no Colégio São Paulo mantido por freiras em Ipanema, no Rio de Janeiro. Simultaneamente, estudava piano com o professor Guilherme Mignone. Possuindo ouvido privilegiado, era estimulada pelo seu mestre a dedicar-se mais à arte. Terminou o científico com 17 anos e sua inclinação para a matemática levou-a a freqüentar curso pré-vestibular para engenharia, plano que abandonou em função do casamento. Aos 21 anos ingressou como segunda colocada, na Faculdade de Belas Artes. Ligou-se à ALN no Rio de Janeiro mas foi deslocada para o comando regional da organização em São Paulo, onde participou de inúmeras ações armadas, entre 1971 e 1972. Tinha sido a única sobrevivente da emboscada em que um comando da ALN caiu, armada pelo DOI-CODI/SP em setembro do ano anterior, na rua João Moura, em São Paulo, conforme já relatado na apresentação dos casos Antonio Sérgio de Matos, Manuel José Mendes Nunes de Abreu e Eduardo Antonio da Fonseca.

Segundo sua mãe, "para a idealista que era, o que sempre demonstrou no seu dia-a-dia em atitudes de solidariedade em relação ao próximo, caíram em campo fértil as sementes de rebelião contra o regime autoritário que dominava o país. Era a época aterrorizante do ditador Emílio Garrastazu Médici. Aquela mocinha inexperiente, mal saída dos bancos escolares e de um casamento frustrado, aos poucos se converteria na guerrilheira cujos retratos nos aeroportos, rodoviárias e outros lugares públicos, apontavam como uma subversiva perigosa. Seguiu-se uma época de aflição e angústia para sua mãe e demais familiares, até que chegasse o momento fatal. Momento em que toda a ternura daquele coraçãozinho que só aspirava à igualdade entre os homens, daqueles imensos olhos azuis que só queriam contemplar o lado bom da vida, converteu-se em escuridão e trevas".

Iuri foi o primeiro filho de João Baptista e Zilda de Paula Xavier Pereira militantes comunistas e membros do PCB. Era irmão de Alex de Paula Xavier Pereira, também militante da ALN, morto em janeiro de 1972. Em 1965, ingressou na Escola Técnica Nacional e atuou intensamente na organização dos estudantes técnicos, fundando e dirigindo a UNETI.

Na militância clandestina participou ativamente da luta interna no PCB, transformando o Comitê Secundarista num foco de crítica às teses defendidas pelo PCB na preparação do seu VI Congresso, a partir do qual acompanhou Carlos Marighella na fundação da ALN. Sempre preocupado com a formação dos militantes e com o desenvolvimento da imprensa revolucionária, fundou e dirigiu órgãos informativos no Movimento Estudantil: *O Moita*, que depois passou a se chamar *Radar*, na Escola Técnica, e *O Micro*, órgão oficial da AETI. Na ALN, junto com Gelson Reicher, produziu os jornais *1º de Maio* e *Ação*, ao mesmo tempo em que retomou a publicação de *O Guerrilheiro*. Em 1970, passou a integrar o Comando Nacional da ALN.

Sua mãe foi presa e torturada em 1969, conseguindo fugir da prisão e refugiar-se em Cuba depois de algum tempo na militância clandestina. Iuri era um dos militantes mais temidos pelos agentes dos órgãos de segurança e tinha escapado da morte muitas vezes, furando os cercos policiais. Os órgãos de segurança incluem seu nome entre os membros do alcunhado "3º Exército", da ALN, o grupo de militantes que recebeu treinamento de guerrilhas em Cuba, em 1969. Era acusado de participação em dezenas de operações armadas, inclusive da execução do industrial Albert Henning Boilesen. Em dezembro de 1971, escreveu à mãe: "*Quero que você tenha a certeza que, haja o que houver, serei sempre fiel ao seu exemplo e ao de Marighella. Não mancharei a firmeza que me deram. Qualquer coisa que houver, saberei preservar a organização, pois a vacilação diante do inimigo não faz parte do que aprendi*".

Iuri foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus (SP) e somente em 1982 seus restos mortais foram trasladados para o Rio de Janeiro, junto com os do irmão Alex. Agentes policiais estiveram presentes na cerimônia em São Paulo e acompanharam ameaçadoramente a chegada dos corpos no Rio de Janeiro, portando metralhadoras.

Marcos Nonato era estudante secundarista do Colégio Pedro II, em Humaitá no Rio de Janeiro, onde começou sua militância política. De origem humilde e afrodescendente, cuidava dos irmãos menores enquanto seus pais trabalhavam: ela, como manicure, ele, como cozinheiro. Morava numa casa muito simples em São Conrado. Nutria admiração especial pela vida e atitudes de Dom Helder Câmara em favor dos necessitados. No final de 1969, com 16 anos, já atuava clandestinamente, militando na ALN. Durante alguns meses, atuou no regional de Minas Gerais, participando do assalto a banco que terminou na prisão e morte de Aldo de Sá Brito Souza Neto em janeiro de 1971. Depois disso, retornou ao Rio de Janeiro, sendo posteriormente deslocado para São Paulo.

Sua mãe guarda a última carta que escreveu à família, em 30/12/1971: "*Estou escrevendo novamente, depois de um longo tempo sem mandar notícias. (...) O povo perdeu combatentes de valor, como Marighella, Câmara Ferreira, Lamarca e tantos outros. Mas, apesar disso, nossa luta não terminou, porque é a luta de um povo contra seus opressores. Estou me lembrando que amanhã vai fazer dois anos em que estivemos juntos pela última vez. Foi numa passagem de ano de 69 para 70... Não me arrependo do caminho que escolhi... Até uma outra vez. Seu saudoso filho*". Marcos foi morto aos 19 anos, sendo enterrado no Cemitério São João Batista (RJ), por seus familiares.

Quanto às reais circunstâncias da morte dos três, a versão oficial informou sobre o cerco montado pelos agentes de segurança, referindo-se a ferimentos em uma menina, em um transeunte e em dois agentes policiais, não identificados nas matérias publicadas ou nos documentos

localizados. Somente a partir da abertura dos arquivos do DOPS/SP começaram a surgir elementos que colocaram em dúvida a versão oficial de que os três teriam morrido em tiroteio. Não foi possível reconstituir toda a verdade dos fatos, mas as mortes certamente não ocorreram no local, conforme a narrativa oficial. Depoimento de uma testemunha, documentos oficiais localizados e perícias realizadas nos restos mortais dos militantes derrubaram a versão de morte em tiroteio.

A CEMDP apurou que os três militantes não foram levados diretamente ao IML, e sim ao DOI-CODI do II Exército, na rua Tutóia, em cujo pátio foram vistos pelo preso político Francisco Carlos de Andrade. Francisco não conhecia Marcos Nonato, mas reconheceu Ana Maria e Luri dentre os três corpos que viu no pátio da 36ª DP, sede do DOI-CODI/SP.

Na CEMDP, depois de apresentado o voto do processo referente a Ana Maria, houve pedido de vistas e o envio ao perito Celso Nenevê, que recomendou exumação e exame pericial do cadáver, considerando que a má qualidade das fotos anexadas ao processo não permitia análise detalhada dos ferimentos. Não sendo deferido o pedido pela CEMDP, a exumação foi feita a cargo dos familiares, que trouxeram da Argentina os técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense, e os casos voltaram à pauta em conjunto.

A primeira lacuna suspeita é que, tratando-se de um episódio de tamanha violência e proporções, com três mortos e quatro feridos, incluindo dois policiais que não são identificados, não houve perícia de local; não há fotos dos corpos no local onde foram abatidos; não foram encontradas referências às armas apreendidas que os três militantes certamente portavam; não houve exames residuais de pólvora ou balística para determinação dos possíveis responsáveis pelos tiros que teriam atingido os quatro feridos. Enfim, nada foi feito para corroborar a versão oficial.

Apesar de os jornais informarem que dali os corpos teriam sido levados para o necrotério, os três militantes não foram levados diretamente ao IML, mas sim ao DOI-CODI do II Exército, onde foram vistos pelo então preso político Francisco Carlos de Andrade, conforme declaração apresentada à CEMDP. Além do testemunho de Francisco, houve comprovação do fato por meio das fichas de identificação de Luri e Ana Maria, feitas no DOI-CODI do II Exército no mesmo dia 14, localizadas nos arquivos do DOPS/SP. Há ainda registros nos documentos oficiais de que teriam sido feridos, mas nada consta sobre terem sido socorridos.

As necropsias, realizadas no IML/SP em 20/06/1972, assinadas pelos legistas Isaac Abramovitch e Abeylard de Queiroz Orsini, confirmam as mortes em tiroteio. Com requisição do delegado Alcides Cintra Bueno Filho, do DOPS, os corpos deram entrada no IML às 17 horas, mas sem roupas. Ana Maria chegou despida, Luri de cuecas e meias, enquanto Marcos estava de calça, cueca, sapatos e meia. Com certeza, não é possível que com essas vestimentas tivessem almoçado no restaurante e participado de um violento tiroteio, ferindo dois policiais e dois transeuntes, conforme a versão oficial.

No contexto da política repressiva vigente na época em que Luri, Ana Maria e Marcos foram mortos, quando a execução já vinha se tornando rotina para os acusados de participação direta em ações armadas, a relatora do processo na CEMDP afirmou que foi montado um esquema destinado a empreender um cerco definitivo aos militantes, com o objetivo prévio de eliminá-los. *"Eles ocupavam posições de destaque dentro da luta armada e estavam sendo caçados pelos agentes policiais. A partir do momento em que o dono do Restaurante Varella denunciou ao DOI-CODI a presença dos quatro em seu estabelecimento, os agentes policiais viram a possibilidade de matá-los. Visando tal fim a permaneceram durante algum tempo nas proximidades do restaurante, organizando cuidadosamente o cerco"*.

Os familiares exumaram os restos de Luri e Alex. Foram também exumados e examinados os corpos de Ana Maria e Marcos. A identificação das ossadas de Luri e Alex foi assumida pela família, sendo feita por meio de exame de DNA no Serviço de Huellas Digitales Genéticas – Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade de Buenos Aires, aos cuidados do Dr. Daniel Corach.

Para cada um dos três militantes, a CEMDP discutiu separadamente as circunstâncias da morte. Para Ana Maria, a análise dos peritos Luís Fondebrider e Celso Nenevê apontou a inexistência de qualquer referência no laudo do IML de fratura ou das lesões visíveis na foto de seu corpo no seio, no ouvido e no pescoço, bem como a existência de disparo característico de tiro de execução, desferido de cima para baixo. Analisando o esqueleto, Fondebrider constatou que somente no fêmur esquerdo detectara fratura peri-mortem, não sendo esse ferimento

responsável pela morte de Ana. Juntamente aos ossos, foram localizados três projéteis de arma de fogo, enquanto o laudo indicava apenas dois tiros, tendo um transfixado o corpo. Em conclusão, Ana Maria recebeu dois outros tiros não descritos no laudo.

Celso Nenevê destacou que todas as fotos mostram Ana com a boca entreaberta, expondo a arcada dentária superior. Segundo o perito, essa condição "é sugestiva da possibilidade de insuficiência respiratória, a qual poderia ser resultante de lesão em órgãos deste sistema. Como não consta exame interno, nada se pode inferir do motivo da boca estar entreaberta. Outrossim, cabe salientar que a lesão da região mamária direita poderia causar insuficiência respiratória, dependendo para tanto da intensidade (profundidade) e das características do agente causador".

Os restos mortais de Luri foram examinados pelo legista Nelson Massini, que comparou as fotos de seu corpo e o laudo de Isaac Abramovitch e, ainda, o mesmo laudo com os restos ósseos. O legista afirmou que Luri foi atingido por pelo menos seis projéteis de arma de fogo e não apenas três como indicou o laudo do IML; que seu corpo apresentava lesões evidenciando que foi agredido em vida e, portanto, antes de ser atingido pelos disparos fatais ou ocorrência da morte; destacou duas perfurações de entrada de arma de fogo sobre o coração, não descritas no laudo necroscópico, sendo esses disparos característicos de alvo parado e assim denominados de disparos de misericórdia ou execução. Segundo o legista, "esses disparos apresentam como características a sua localização, próximos um do outro sendo denominados de disparos em 'peneira', e representam alvo parado ou imobilizado. Devido à região letal que atingiram são interpretados como tiros de misericórdia ou execução. Não sendo possível pela ausência das vestes determinar-se as distâncias dos disparos nota-se ainda, que houve a intenção no momento da fotografia de esconder as perfurações com a placa de numeração do cadáver"; os disparos que atingiram o crânio, tanto os descritos no laudo do IML como os encontrados no ato exumatório, foram efetuados com trajetória de cima para baixo, indicando que a vítima encontrava-se em plano inferior ao atirador, fato esse que se choca com a versão de confronto. Para ser atingido desta maneira, Luri já estaria no chão e dominado.

O corpo de Marcos Nonato também foi examinado por Luís Fondebrider e Nelson Massini. Nelson Massini foi taxativo em sua conclusão: Marcos Nonato estava deitado ao ser atingido. O exame pericial de Isaac Abramovitch descrevia que Marcos recebera dois tiros: "ferimento com as características daqueles produzidos pela entrada de projétil de arma de fogo, localizado na linha média da face anterior da porção inferior da região cervical. O projétil, dirigido de frente para trás, de cima para baixo e da direita para a esquerda, fraturou a clavícula esquerda, transfixou o lobo superior do pulmão esquerdo provocou derrame hemorrágico na pleura esquerda, transfixou o omoplata esquerdo e saiu pela região escapular esquerda. Nota-se, ainda, outro ferimento de entrada de projétil de arma de fogo, na região mamária direita, três centímetros para dentro e para cima do mamilo direito".

No gráfico que acompanhou o laudo, com a localização da penetração dos projéteis, a descrição do laudo é comprovada: os tiros foram disparados de cima para baixo. Dada sua localização, as trajetórias seriam impossíveis para um tiroteio. O exame das fotos localizadas no DOPS mostrou ainda a existência de lesões não descritas no laudo e indicativas de tortura: "ferimento contundente com área equimótica na região mamária; equimoses profundas sobre os olhos, nariz edemaciado; ferimento corto-contuso próximo à axila esquerda". O exame pericial dos ossos indicou ainda que o corpo não fora aberto para exame. Portanto, o legista descreveu lesões sem constatá-las.

A CEMDP concluiu não restar dúvidas de que a morte de Luri, Ana Maria e Marcos Nonato ocorrera quando estavam em poder dos agentes do Estado, aprovando por maioria de votos os três requerimentos em 24/04/1997.



BOANERGES DE SOUZA MASSA (1938-1972)

Número do processo: 267/96

Filiação: Laura Alves Massa e Francisco de Souza Massa

Data e local de nascimento: 07/01/1938, Avaré (SP)

Organização política ou atividade: MOLIPO

Data e local do desaparecimento: entre 21/12/1971 e 21/06/1972, preso em Pindorama (TO)

Relator: Nilmário Miranda

Deferido em: 17/10/1996 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 22/10/1996